

Congresso começa a pagar sessão extra

ESTADO DE SÃO PAULO

09 JAN 1991

BRÁSILIA — O Congresso paga amanhã a primeira parcela da ajuda de custo devida aos deputados e senadores pelo trabalho durante o recesso parlamentar. O pagamento foi decidido menos de 24 horas após o início do período de convocação extraordinária do Congresso. Cada parlamentar que comparecer a pelo menos uma sessão terá direito a Cr\$ 422 mil como adiantamento. A convocação poderá custar aos cofres públicos quase cr\$ 1 bilhão.

A decisão de antecipar parte do dinheiro foi precedida de muitos telefonemas de deputados à direção-geral da Câmara. Um dos parlamentares que foi reclamar o pagamento, a deputada Raquel Cândido (PTB-RO), assegurou que a ajuda de custo vai garantir quórum às votações. "Isso vai ajudar muito, não tenho dúvida", disse.

O presidente do Congresso, senador Nélson Carneiro (PMDB-RJ), anunciou ontem que haverá uma rigorosa fiscalização das presenças em plenário, que, a partir de hoje, serão controladas pelo painel eletrônico, e não apenas pelos registros das portarias.

O líder do PSDB, deputado Euclides Scalco (PR), atribuiu ao pagamento da ajuda de custo o grande número de parlamentares em Brasília: "A presença de mais de 200 deputados e senadores na segunda-feira foi excepcional", avaliou.

QUÓRUM

A primeira sessão da convocação extraordinária foi encerrada às 16h30 com quórum para deliberação. Havia em plenário 268 deputados e 43 senadores — o quórum mínimo para as votações é de 248 representantes da Câmara e 38 do Senado.

O elevado comparecimento foi ainda mais surpreendente por não estarem previstas votações de imediato. Somente ontem foram designadas as comissões mistas de deputados e senadores incumbidas de examinar e dar parecer sobre as cinco medidas provisórias que levaram o presidente da República a convocar extraordinariamente o Congresso.

A única matéria que poderia ter sido colocada em votação era um requerimento subscrito pelos líderes do

PSDB na Câmara e no Senado, deputado Euclides Scalco (PR) e senador Fernando Henrique Cardoso (SP), para que a ajuda de custo referente à convocação só seja paga a quem comparecer a pelo menos dois terços das sessões.

A Mesa verificou, porém, que um simples requerimento não pode alterar o decreto legislativo (equivalente a uma lei), que manda pagar a ajuda de custo. Esse decreto, que regula os vencimentos dos parlamentares, não fixa condições para o pagamento nos períodos de convocação extraordinária de duas vezes o valor do subsídio, ou Cr\$ 1,68 milhão.

POLÊMICA

A votação da Medida Provisória 292, a oitava edição da política salarial em vigor, dominou as conversas ontem no plenário. Conhecido pelos prognósticos que faz das votações no Congresso, o deputado Basílio Villani (PRN-PR) evitou prever o placar final sobre a MP. "É humanamente impossível imaginar o comportamento dos deputados que estão terminando o mandato", observou. "Alguns

poderão estar bravos", acrescentou. Aliado do governo, Villani pretende evitar a disputa em plenário. "Se a medida for a voto sem acordo, o governo perde."

O deputado Luís Roberto Ponte (PMDB-RS) concordou: se o governo insistir no confronto, terá de esvaziar o plenário para não ser derrotado. Defensor do entendimento, Ponte procurou o líder do governo na Câmara, Humberto Souto (PFL-MG), com a sugestão de corrigir a cada dois meses os salários dos trabalhadores que ganham até três mínimos. "O difícil é convencer a equipe econômica da necessidade de mudar a política salarial", disse o deputado, convencido de que os partidos de oposição concordariam com a proposta.

O líder do PSDB, Scalco, desta vez quer a garantia de que o Planalto não vetará um eventual acordo no Congresso. "Não aceitamos mais brincadeiras, e a menos que haja um acordo sério, vamos derrubar a medida", avisou.

As demais MPs referem-se à privatização do Lloyd's, mensalidades escolares, reajuste de aluguéis e Imposto Territorial Rural (ITR).